

Este número de Pro-Posições apresenta três textos sobre problemas da universidade, um sobre o ensino da matemática e um sobre educação especial.

Os textos sobre problemas universitários versam sobre qualificação do docente e avaliação institucional, administração universitária e pesquisa no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP. Trata-se de três temas de alta relevância no contexto da atualidade educacional brasileira. O permanente estado de crise da universidade brasileira precisa urgentemente ser pesquisado com maior rigor científico e discutido sem paixão e com profundidade na própria academia. A universidade brasileira precisa tornar-se objeto de rigorosa e abrangente pesquisa científica em todas as suas dimensões. Algumas dessas importantes dimensões da problemática universitária brasileira estão tratadas nos três artigos aqui apresentados.

O texto de José Dias Sobrinho pretende "oferecer uma contribuição ao campo de debates sobre o modo de ser e dever ser da universidade". Mais especificamente, José Dias discute, num primeiro momento, o "Projeto Qualidade" implantado na UNICAMP "como política de qualificação permanente do corpo docente, em todos os níveis e como fundamento e garantia da qualidade do conjunto organizado de atividades acadêmico-científicas" da universidade. Neste aspecto, é lamentável constatar que, enquanto UNICAMP e USP, universidades estaduais, estão implementando uma política que tem como condição preliminar para o ingresso na carreira universitária o título de doutor, as universidades federais estão assistindo a muitos de seus doutores se aposentarem com menos de cinquenta anos de idade e vendo-se na contingência de selecionar mestres para substituí-los e, às vezes, até deixar vacantes as vagas dos "mestres" mais experientes e com-

petentes. O ingresso no Primeiro Mundo acadêmico se faz com a primeira política e não com a segunda.

A segunda parte do texto de José Dias trata de outro problema altamente pertinente à realidade universitária brasileira — a questão da avaliação institucional tanto interna quanto externa. A avaliação, “entendida como um conjunto orgânico, programático e institucionalizado, ... deve dar a conhecer e qualificar a organização interna da instituição e promover o movimento especular que da universidade vai ao social e público”. Neste sentido, a avaliação tem uma função pedagógica e política e se torna instrumento da autonomia da universidade, como afirma José Dias.

O segundo texto, “Contribuição do Esquema de Análise de Burrell e Morgan para o Estudo das Organizações Universitárias”, de autoria de Stella Cecília D. Segenreich, pesquisa o tema da administração universitária. Mais especificamente, o trabalho de Stella Cecília visa descrever e avaliar a utilização do esquema de análise proposto por Burrell e Morgan no livro *Sociological Paradigms and Organizational Analysis*, como fio condutor do referencial teórico-metodológico de ampla pesquisa realizada com o propósito de investigar a questão da participação na universidade, a partir da análise do cotidiano vivido pelos atores nela envolvidos. A questão da participação e da democratização interna das universidades brasileiras tem sido um importante problema de nossas universidades desde a segunda metade da década de 80. Bastante se tem experimentado, pouco se tem pesquisado sobre o problema. Entre os pólos do autoritarismo e do democratismo possivelmente situa-se a administração universitária competente, eficiente, eficaz, relevante e autenticamente democrática. Neste sentido, a pesquisa de Stella Cecília, em parte apresentada neste artigo, traz uma importante contribuição para o debate mais científico e acadêmico de problema tão atual. Destaque-se aqui também o caráter pioneiro da referida pesquisa na aplicação do referencial de Burrell e Morgan à análise das organizações universitárias.

O texto de Fermino Fernandes Sisto sobre algumas “Reflexões Sobre a Produção de Conhecimento na Pós-Graduação — Situações e Necessidades” trata de problemas constatados no desenvolvimento da pesquisa educacional na pós-graduação. A pós-graduação em educação no Brasil iniciou-se em 1965 na PUC-RJ e, por isso, tem apenas 25 anos de implantação. Como área em fase de maturação acadêmica e científica, é compreensível que apresente problemas de consolidação teórica e metodológica. No entanto, são plenamente pertinentes as análises e reflexões de Fermino Fernandes e visam contribuir para o avanço teórico-metodológico da área de educação como um campo específico de conhecimento humano.

O artigo “Álgebra ou Geometria: Para Onde Pende o Pêndulo?”, de autoria de Antônio Miguel, Dario Fiorentini e Maria Ângela Miorim, “parte da constatação da existência de uma inadequada atitude oscilatória e maniqueísta no ensino da matemática elementar”, que ora privilegia a álgebra em detrimento da geometria, ora realça a geometria em prejuízo da álgebra. A análise histórica da educação matemática brasileira neste aspecto específico traz uma contribuição importante para a compreensão deste problema de currículo e didática da matemática.

Finalmente, no texto “Pesquisa Exploratória sobre o Modo como os Professores da Classe Especial Mantêm a Disciplina em suas Salas de Aula”, Maria Teresa Eglér Mantoan e Ilmar Fátima de Moraes mostram o despreparo acadêmico dos professores sobre o uso de sanções por reciprocidade e sobre o desenvolvimento social e moral da criança e recomendam uma melhor capacitação do professor de deficientes mentais para sanar tais problemas.

Uma observação final refere-se à introdução da nova seção “Livros Recebidos” a partir deste número de Pro-Posições. Os lançamentos que editoras brasileiras da área de ciências humanas e educação remeterem a esta revista serão divulgados, em parte na seção de resenhas e em parte na seção “Livros Recebidos”. Estas seções visam contribuir para a atualização dos educadores brasileiros em relação aos lançamentos mais recentes em sua área profissional.

O Editor